

ESTADO DO PARANÁ



ATA DE REGISTRO DE PREÇOS nº 02/2018

PROCESSO ADMINISTRATIVO nº 2564/2017 PREGÃO PRESENCIAL nº 26/2017

A CÂMARA MUNICIPAL DE CAMPO LARGO, órgão público municipal, inscrito no CNPJ sob nº 01.653.199/0001-10, com sede na Rua Subestação de Enologia, 2008, em Campo Largo, neste ato representado por seu Presidente Bento Antonio Vidal, brasileiro, casado, portador da cédula de identidade RG n. 4.209660-1 e do CPF/MF n.º 685.311.769-72, residente e domiciliado em Campo Largo, doravante denominada ÓRGÃO **GERENCIADOR**, considerando o julgamento da licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL no Sistema de Registro de Preços - SRP, cujos dados estão supracitados, RESOLVE REGISTRAR OS PREÇOS da(s) empresa(s): SOLO COMERCIAL EIRELI - EPP, inscrita no CNPJ sob n.º 11.102.277/0001-41, com sede na Avenida Frederico Lambertucci, nº 863, Fazendinha, em Curitiba - Paraná, CEP: 81.330-000, neste ato representada por ANDREI CASTRO VILHA, brasileiro, casado, empresário, inscrito no CPF/MF sob n.º 050.525.069-10 e no RG sob n.º 8.977.610-4, residente e domiciliado na Rua João Alencar Guimarães, nº 1900, Apto. 902, Santa Quitéria, em Curitiba - Paraná, CEP: 81.220-190, doravante denominada(s) **DETENTORA(S)**, sujeitando-se as partes às normas constantes nas Leis nº 8.666/1993, nº 10.520/02 e suas alterações, Decreto Municipal de Campo Largo nº 117/2014, e ainda, em conformidade com as disposições a seguir:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

- 1.1 A presente licitação tem por objeto o registro de preço para aquisição de material de informática para Câmara Municipal de Campo Largo, conforme especificações constantes do termo de referência (anexo VII).
- 1.2. No que se refere à abrangência do objeto, segue abaixo o termo de referência com seus itens/especificações/valor, conforme proposta apresentada pela detentora:

ltem	Lote/Produte	Marca	Unidade	Fornecedor	Quantidade	Valor	Total		
b l	Caixa de áudio para PC; Controle de volume; Pow er on/off; Saída para fone de ouvido; Luz LED	Multilaser	Un.	SOLO COMERCIAL LTDA	10	44,50	445,00		
11	Pen Drive (memória USB flash drive), 16GB. Interface: USB 2.0. Formato: Retangular. Sistemas operacionais: Windows 2000/ XP/ Vista/ Linux, ou acima. Aplicação: Armazenamento de Dados. Características Adicionais: Conector USB com capa de proteção, com Led de indicação de atividade de leitura ou gravação, Plug and Play, Blister lacrado contendo 01 unidade, original do fabricante.	Multilaser	Un.	SOLO COMERCIAL LTDA	30,	42,00	1.260,00		
	Total Geral								





34



ESTADO DO PARANÁ

CLÁUSULA SEGUNDA - DOS PRECOS

2.1. Os preços a serem pagos à DETENTORA serão os constantes na adjudicação do objeto conforme Ata do Pregão Presencial nº 26/2017 e especificações elencadas no termo de referência da cláusula primeira, e vigentes na data da emissão da ordem de compra/servicos pela Câmara Municipal, independentemente da data da entrega do produto e/ou serviço, e terá como valor máximo a quantia de até R\$ 1.705,00 (mil setecentos e cinco reais), referente à despesa com a DETENTORA.

PARÁGRAFO PRIMEIRO. O valor constante nesta Cláusula representa o preço total do fornecimento dos produtos licitados realizado pela DETENTORA, já estando inclusas as despesas com impostos, seguro, taxas e demais encargos necessários à execução do objeto contratado.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO REAJUSTE DE PRECO

- 3.1. O reajuste dos preços registrados será realizado nos termos da Lei 8.666/93, mediante solicitação da DETENTORA, que deverá comprovar o desequilíbrio econômico e financeiro através de documentos que demonstrem a variação de preços do mercado, tais como tabelas de fabricantes, notas fiscais de aquisição do produto acabado ou de matérias-primas, etc.
- 3.1.1. Independentemente de solicitação da DETENTORA, o preco registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, cabendo ao órgão responsável a convocação da DETENTORA para estabelecer o novo valor;
- 3.2.3. O novo preço somente será válido após sua publicação no Diário Oficial do Município e, para efeito do pagamento de fornecimentos porventura realizados entre a data do pedido de adequação e a data da publicação, o novo preço retroagirá à data do pedido de adequação formulado pela DETENTORA.

CLÁUSULA QUARTA – VALIDADE DO REGISTRO DE PRECOS

4.1. O prazo de vigência da presente ata de registro de preços é de 12 (doze) meses a contar da sua publicação resumida no Diário Oficial Eletrônico do Município de Campo Largo – PR.

CLÁUSULA QUINTA – DAS CONDIÇÕES E DO PRAZO

- 5.1. A **DETENTORA** obriga-se a entregar o(s) objeto(s) constantes nessa Ata de Registro de Precos, na sede da Câmara Municipal, num prazo máximo de 05 (cinco) dias, contados da data do recebimento das requisições.
- 5.2. O Órgão Gerenciador <u>não está obrigado a adquirir</u> o objeto elencado nesta Ata de Registro de Precos, conforme disposto no Art. 15, § 4º da Lei 8.666/93, podendo adquirir parcialmente de acordo com a necessidade.
- 5.3. A realização da entrega do objeto dessa Ata de Registro de Preços será acompanhada pelo gestor de contrato indicado pelo Órgão Gerenciador, o qual fiscalizará se estão sendo atendidas as condições estabelecidas por este Instrumento e pelo Edital do Pregão Presencial, e no caso de ser constatadas irregularidades, o gestor designado notificará por escrito à DETENTORA do ocorrido, a qual terá o prazo máximo e improrrogável de 48







ESTADO DO PARANÁ

(quarenta e oito) horas para sanar as irregularidades.

5.4. Caso a **DETENTORA** seja reincidente no que está disposto no parágrafo anterior, ou descumpra prazo estabelecido, serão aplicadas as penalidades dispostas neste contrato e em Lei.

CLÁUSULA SEXTA - DA FORMA DE PAGAMENTO

- 6.1. O pagamento será efetuado por meio de depósito bancário em nome da empresa **DETENTORA**, no prazo de 15 (quinze) dias contados da protocolização, pela detentora, do requerimento solicitando o pagamento, que deverá ser acompanhado de:
- a) Nota Fiscal/Fatura acompanhada de Atestado emitido pelo Gestor do Contrato indicado pelo Órgão ou, excepcionalmente, por pessoa indicada como responsável pela comprovação da efetiva prestação do serviço e/ou fornecimento do objeto;
- b) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas CNPJ do Ministério da Fazenda com situação ativa (disponível em: http://www.receita.fazenda.gov.br/PessoaJuridica/CNPJ/cnpjreva/Cnpjreva Solicitacao.asp);
- c) Prova de Inscrição Estadual (disponível em: http://www.fazenda.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=251 para cadastros no Paraná, ou http://www.sintegra.gov.br/ para cadastros de outros estados);
- d) Certidão negativa de débitos relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, expedida pelo Ministério da Fazenda (disponível em: http://www.receita.fazenda.gov.br/Aplicacoes/ATSPO/Certidao/CndConjuntaInter/InformaNICertidao.asp?Tipo=1);
- e) Certidão Negativa expedida pelo Estado relativo à sede ou domicílio da empresa. (Para o estado do Paraná, a certidão poderá ser emitida no endereço: http://www.cdw.fazenda.pr.gov.br/cdw/emissao/certidaoAutomatica);
- f) Certidão Negativa expedida pelo Município relativo à sede ou domicílio da empresa. (Para o município de Campo Largo, a certidão poderá ser emitida no endereço: http://servicos.campolargo.pr.gov.br:8888/atendenet/?codigoServico=12&servicoPadrao=1;
- g) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (disponível em: http://www.tst.jus.br/certidao);
- h) Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço FGTS (disponível em: https://www.sifge.caixa.gov.br/Cidadao/Crf/FgeCfSCriteriosPesquisa.asp);
- 6.2. A nota fiscal deverá ser emitida necessariamente com data posterior ao do empenho, sendo vedada a realização de despesa sem prévio empenho.
- 6.2.1. Caso se constate irregularidade nas informações da nota fiscal apresentada, a Câmara Municipal de Campo Largo, a seu exclusivo critério, poderá devolvê-la ao proponente, para as devidas correções, ou aceitá-la, glosando a parte que julgar indevida.
- 6.2.2. Na hipótese de devolução, a nota fiscal será considerada como não apresentada, para





0



ESTADO DO PARANÁ

fins de atendimento às condições firmadas.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - É vedado à DETENTORA negociar com terceiros, seja a que título for, o crédito decorrente deste instrumento, ainda que com instituição bancária, permitindo-se, tão somente, cobrança em carteira simples, ou seja, diretamente do Órgão Gerenciador.

PARÁGRAFO SEGUNDO - O Órgão Gerenciador poderá descontar do pagamento, importâncias que, a qualquer título, lhes sejam devidas pela DETENTORA, por força deste instrumento, bem como outras determinadas por Lei.

CLÁUSULA SÉTIMA - DAS OUTRAS OBRIGAÇÕES DA DETENTORA

- 7.1. A DETENTORA será responsável pela segurança do trabalho de seus empregados, em especial durante a realização dos serviços e transporte e descarga e entrega dos materiais.
- 7.2. A DETENTORA deverá arcar com todos os encargos de sua atividade, sejam eles trabalhistas, sociais, previdenciários, fiscais, fundiários ou comerciais.
- 7.3. A DETENTORA estará obrigada a comparecer, sempre que solicitada, à sede da Câmara Municipal, a fim de receber instruções, participar de reuniões ou para qualquer outra finalidade relacionada ao cumprimento de suas obrigações.
- 7.4. A DETENTORA deverá observar todas as normas legais vigentes comprometendo-se a manter em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas por conta do edital de licitação com seus anexos obrigando-se a manter as condições de habilitação exigidas no procedimento licitatório que precedeu a celebração da presente Ata de Registro de Preços.

CLÁUSULA OITAVA – DAS PENALIDADES

- 8.1. Além das sanções previstas no capítulo IV da Lei Federal nº 8.666/93 e demais normas pertinentes, a **DETENTORA** estará sujeita às penalidades a seguir discriminadas:
- 8.1.1. Pela recusa em assinar a presente Ata de Registro de Preços, multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor de sua proposta, sem prejuízo da aplicação do Art. 7º da Lei 10.520/02;
- 8.1.2. Pela recusa em retirar nota de empenho ou assinar contrato de fornecimento (quando exigível este), multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor da nota de empenho ou do contrato;
- 8.1.3. Pelo retardamento na entrega dos produtos solicitados, multa diária de 1% (um por cento) sobre o valor da partida em atraso. A partir do 10º (décimo) dia de atraso, configurarse-á inexecução total ou parcial do contrato, com as consequências daí advindas;
- 8.1.4. Pela inexecução total, multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor correspondente ao contrato ou à ordem de fornecimento decorrente da presente ata;
- 8.1.5. Pela inexecução parcial, multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor correspondente à parcela do(s) produto(s) não fornecido(s), ou entregues em desacordo com as especificações técnicas;

8

4

L



ESTADO DO PARANÁ

- 8.1.6. Pelo descumprimento de qualquer outra cláusula, que não diga respeito diretamente à execução do objeto referido nessa Ata, multa de 0,5% (meio ponto percentual) sobre o valor total firmado;
- 8.1.7. Pelo cancelamento da presente Ata de Registro de Preços por culpa da **DETENTORA**, multa de 10% (dez por cento) sobre o valor do fornecimento mensal estimado multiplicado pelo número de meses faltantes para o termo final do ajuste.
- 8.2. As sanções são independentes e a aplicação de uma não exclui a das outras.
- 8.3. O prazo para pagamento de multas será de 05 (cinco) dias úteis a contar da intimação da empresa apenada, sendo possível, a critério do **Órgão Gerenciador**, o desconto das respectivas importâncias do valor eventualmente devido a **DETENTORA**.
- 8.3.1. O não-pagamento de multas no prazo previsto ensejará a inscrição do respectivo valor como dívida ativa, sujeitando-se a **DETENTORA** ao processo judicial de execução.

CLÁUSULA NONA - DO CANCELAMENTO DA PRESENTE ATA

- 9.1. A presente Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada pela administração, assegurado o contraditório e a ampla defesa, quando a **DETENTORA**:
- 9.1.1. Descumprir as condições estabelecidas no presente instrumento ou normas legais aplicáveis à espécie;
- 9.1.2. Não firmar contratos de fornecimento/prestação de serviços ou deixar de retirar notas de empenho, nos prazos previstos;
- 9.1.3. Não aceitar reduzir o preço registrado na hipótese de este tornar-se superior aos praticados no mercado.
- 9.2. Sempre assegurado o contraditório e a ampla defesa, a presente ata também poderá ser cancelada por razões de interesse público, excluída sempre qualquer indenização por parte do **Órgão Gerenciador**.
- 9.3. A comunicação do cancelamento do preço registrado, nas hipóteses previstas nos itens 9.1 e 9.2 desta cláusula, será feita pessoalmente ou por correspondência com aviso de recebimento.
- 9.4. Esta Ata de Registro de Preços poderá ser rescindida nas hipóteses de rescisão dos contratos em geral, com as consequências legalmente previstas.

CLÁUSULA DÉCIMA - DO GESTOR DE CONTRATO

O servidor responsável pela gestão da presente Ata de Registro de Preços será o Sr. Giovane dos Santos, conforme determinação da Portaria 112/2017.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DO REPRESENTANTE

8 5 Jah



ESTADO DO PARANÁ

Nos moldes da Proposta de Preços assinada pela DETENTORA em 01 de dezembro de 2017, seu representante para gestão da presente será o Sr. Andrei Castro Vilha, telefone (41)3249-1040/3288-1871.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA- DO FORO

As partes contratantes elegem o Foro de Campo Largo/PR da Região Metropolitana de Curitiba, como o único competente para dirimir as dúvidas acaso surgidas, renunciando a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E por estarem de perfeito e comum acordo, assinam e rubricam a presente Minuta em 03 (três) vias de iguais formas e teor, na presença das testemunhas abaixo, para todos os fins de direito.

Campo Largo, 24 de janeiro de 2018.

CÂMARA MUNICIPAL DE CAMPO LARGO Representada por Bento Antonio Vidal Vereador Presidente

Testemunha

Nome: FABIO JUNIOR DE LIVEIRA

RG: \$ 4514488-1 CPF: 02454898842 Representada por Andrei Castro Vilha DETENTORA

Testemunha

Nome: Augusto Mocelin

RG: 3453,70,0 CPF: 530 488.069.20



SOLO COMERCIAL EIRELI CNPJ- 11.102.277/0001-41 INSCR. EST. 90493375-28

PROCURAÇÃO

Pelo presente instrumento particular, a Empresa Solo Comercial Eireli. CNPJ 11.102.277/0001-41 e inscrição Estadual 90493375-98, sito a Avenida Frederico Lambertucci, 863 - Fazendinha CEP. 81.330-000 - Curitiba - Paraná. Contrato social devidamente arquivado na Junta Comercial do Paraná, sob Nº. 20155796844 em 19/10/2015, neste ato por seu representante legal, no final nomeado e assinado, nomeiam e constitui seu bastante procurador ERIC DO ROSARIO, solteiro, brasileiro, representante comercial, portador da Cédula de Identidade nº. 8.640.715-9 SSP/PR, CPF 057.238.129-80, residente: Rua Nunes Machado nº 3.210 Bairro Parolin, Curitiba -- PR, Cep. 80220-071. Confere amplos poderes para o fim especifico de requerer certidões negativas de qualquer especie nos órgãos públicos federais e estaduais, municipais, autarquias, economia mista e entidades civis podendo para tanto o procurador retirar Edital, apresentar documentações, assinar declarações, propostas técnicas e comerciais, contratos e aditivos, desistir ou interpor recursos, participar das sessões Públicas de habilitação e julgamento, assinar pedido, ofertar lances em pregões, bem coino todos e quaisquer documentos indispensáveis ao bom e fiel cumprimento do presente mandato.

A presente procuração será válida por o prazo de 01 (um ano).

Curitiba, 27 de junho de 2017.

ANDREI CASTRO VILHA

SOCiO – ADM RG. 8.977.510-4 PR

CPF 050.525.069-10

Selo: Keyhu. oBdju. Ytkiv-5/mzr. M990m

Selo: Keyhu. oBdju. Ytkiv-5/mzr. M990m

Valide se http://onarpen.com.or

Recombeso for Sext Hanga a firma de a

Recombeso for Sext Hanga a firma de a

ANOMEI CASTRO VIVA
Em testemunia da verdade.

Curitila for 28 de 1400 de 2017.

MINIELLE ONKA FREITAS CASOUSO

SINAL PUBLICO EN WWW. JENSEC. DRG. BR

Confere Com Original
Confere Com Original
Convam de S. Splk



DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO

MUNICÍPIO DE CAMPO LARGO - PARANÁ

SEGUNDA-FEIRA, 26 DE FEVEREIRO DE 2018.

ANO: X

EDIÇÃO Nº: 1129- 26 Pág(s

ATOS DO PODER EXECUTIVO

ATOS DO PODER LEGISLATIVO EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 02/2018

Espécie: Ata de Registro de Preços nº 02/2018; Objeto: Aquisição de material de informática; Amparo: Pregão Presencial nº 26/2017; Processo Administrativo: nº 2564/2017; Vigência: 12 meses a contar da publicação; Valor Máximo da Despesa: R\$ 1.705,00; Órgão Gerenciador: CÂMARA MUNICIPAL DE CAMPO LARGO; Detentora: SOLO COMERCIAL EIRELI - EPP.

Unidade	Marca	Qtde	Valor Unitário	Valor Tota
n/ Unidade	Multilaser	10	R\$44,50	R\$445,00
3: 3: e d	Multilaser	30	R\$42,00	R\$1.260,00
A 10 10 10 10 10 10 10	and the second second	e: Unidade Multilaser is: o: is: de dd	on/ Unidade Multilaser 10 e: Unidade Multilaser 30 is: o: is: de de dd	on/ Unidade Multilaser 10 R\$44,50 e: Unidade Multilaser 30 R\$42,00 is:

